
BARCELONA – HLGGM: O papel das oportunidades para os governos na ICANN após a transição da IANA
Segunda-feira, 22 de outubro de 2018 – 10h45 às 12h CEST
ICANN63 | Barcelona, Espanha

BRAD WHITE:

Vamos ouvir o secretário de estado, Senhor Francisco Polo quem vai presidir a próxima sessão, muito obrigado, durante a próxima 1:15:00 vamos tratar a questão dos governos que cada vez são mais e mais ativos na elaboração de políticas e peças regulatórias relacionadas a questões digitais. E o assunto aqui é como melhorar o diálogo entre a ICANN e os governos sobre os impactos potenciais, da nova legislação e atividades regulatórias à ICANN e do DNS em geral. Então aqui eu gostaria de deixar o microfone para Mathieu Weill, o Ministro de Economia da França, quem vai liderar a sessão e apresentar o resto dos participantes.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigado, Senhor Ministro, prezados colegas e delegados, nessa reunião governamental de alto nível, eu sou Matheus Wyler, e eu estou encarregado do departamento de economia digital, no ministério da economia. Infelizmente o ministro não conseguiu chegar à sessão, ele tinha outros compromissos, mas ele está muito interessado nas questões que vamos discutir hoje. Nós vamos participar de um processo que se chama a transição das funções de supervisão da IANA. Isso faz os anos, e ele foi presidente de um dos grupos

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

intercomunitários da ICANN, eu fui parte, e finalmente esse documento foi adotado em Marraquexe, como foi mencionado antes, e nós como comunidade, preparamos algo em conjunto para preparar a transição.

Então para apresentar esse painel, antes de passar a palavra aos nossos especialistas aqui na mesa, eu gostaria de lembrar aqui alguns desses passos fundamentais desse processo que começou em março de 2014. E isso foi quando o governo dos Estados Unidos declarou o seu propósito de implementar a transição. Essa é uma questão que já estava na mesa de discussões já fazia 20 anos, quando a ICANN foi criada. Naquele momento, a comunidade internacional mencionou a questão da supervisão das funções da IANA. A ICANN tinha tido a função de facilitadora, e foi na comunidade da ICANN que começamos a preparar essas propostas.

Essas propostas deviam ser fiéis aos diferentes princípios que tinham sido definidos pelo governo dos Estados Unidos, eram cinco princípios, manter e melhorar o modelo multissetorial, manter a segurança, estabilidade e flexibilidade do sistema DNS, satisfazer e atender as expectativas e necessidades dos nossos clientes no mundo inteiro, e também dos parceiros nas funções da IANA e também manter a internet aberta. O governo dos Estados Unidos também destacou nesse processo que não aceitaria nenhuma proposta que substituísse o papel que o governo tinha tido como custódios e supervisores. E uma organização como uma solução não poderia ser um governo ou uma estrutura de governos como solução.

Esse foi um princípio muito importante que orientou o processo, e tivemos vários, dois grupos de trabalho, e depois de alguns meses, um desses grupos se focou nas questões técnicas que tinham a ver com os identificadores técnicos, a PTI e outro grupo se focou em melhorar a prestação de contas da ICANN, e isso é porque a comunidade considerava que esse era um fator necessário para a transição. Foram dois anos de transição, processos, reuniões, eu não quero entrar em detalhes, houveram milhares de correios eletrônicos, trocas de mensagens o que é típico na comunidade da ICANN e em março de 2016, em Marraquexe, a comunidade aprovou a proposta, foi encaminhada ao board, e depois ao governo americano. E no dia 1º de outubro, o governo dos Estados Unidos finalizou o contrato com a ICANN, vencia naquela data e com novos estatutos estabelecidos na ICANN. Este processo que tinha sido criado a partir do modelo multisetorial, melhorou a maneira em que a ICANN trabalha com base numa comunidade empoderada, e também num mecanismo que agora está funcionando.

O seu propósito é garantir que os serviços da IANA, as funções da IANA aconteçam de acordo com o que os clientes desejam, e reconhecemos o papel dos governos naquela transição, que foi muito importante, como tinha sido nos 20 anos prévios. Esse aqui foi um dos assuntos mais debatidos, a questão da prestação de contas da ICANN, foi uma das questões de maior debate até a reunião em Marraquexe, atualmente, muitos desses assuntos continuam a ser debatidos, e esse é o objetivo da sessão, porque o objetivo da sessão é tentar ver como

nós trabalhar com esses aspectos fundamentais para melhorar o diálogo com os governos, e além disso a função dos governos na ICANN é muito importante, porque a ICANN está começando a entender cada vez mais que precisa cumprir dentro das estruturas jurídicas do mundo e que deve funcionar como parceira dos governos. E isso através de iniciativas coordenadas.

Nessa sessão então vamos falar sobre a sessão dos governos dentro dessa estrutura, e eu vou apresentar o primeiro especialista nessa mesa, e depois disso vamos ter algum tipo de deliberação interativa. Primeiramente, vou apresentar o (inint) [00:42:45] que é professor da Universidade Darius na Holanda, o professor vai contar um pouco sobre a sua perspectiva, nos últimos 20 anos, sobre as funções e oportunidades dos governos na ICANN. Esse é um grande desafio, porque são 20 anos que ele deverá abordar em poucos minutos.

WELLFON CLEYBACK:

Porque eu preparei uma apresentação e seria bom ver aqui na tela, porque serve de base para a minha apresentação. E devo dizer que a universidade não está na Holanda, mas na Dinamarca, faz parte da União Europeia, mas enfim, essa é a minha reunião número 57 da ICANN, e eu tomo esse 20º aniversário como uma grande oportunidade, porque eu lembro nos anos de 90, quando começou a ICANN, que nesse momento víamos tudo que estava acontecendo nos anos de 90, quando terminava a guerra fria, quando tudo tinha a ver com a globalização, com a desregulação em especial no âmbito das

comunicações, os europeus devem lembrar a privatização das telecomunicações, também houve uma passagem do poder de atores não estatais que começaram a gerar relações internacionais e que víamos a invenção da (inint) [00:44:43].

E isso levou a uma mudança através da introdução do sistema de nomes de domínio, desenvolvimento em 80, que era visto como uma questão mais técnica, mas depois apareceu o auge das .com, onde era necessário ter mais estabilidade no sistema. Ali o desafio era institucionalizar a gestão do DNS, porque até meados de 90, isso ficava na mão de apenas uma pessoa então o posto era em Los Angeles, então a discussão era como institucionalizar a administração do DNS levando em conta tudo que tinha acontecido na década de 90.

Então aconteceu esse novo modelo de governança triangular que era uma nova cooperação. Para deixar que a tomada de decisões caíssem nos fornecedores e usuários, do serviço. E os governos podiam ter um papel de assessoramento, especialmente no que tinha a ver com políticas públicas. Quando se inventou em 90, 98, essa foi uma inovação para a formulação de políticas a nível internacional. Como devem lembrar, a primeira reunião do GAC teve 24 governos presentes, hoje temos 177, ou seja, não foi uma surpresa que quando as Nações Unidas convocaram a cúpula mundial da sociedade da informação, houveram vários governos que questionaram esse modelo, diziam: de que se trata?

Agora a internet poderia ganhar tanta importância. E vocês sabem que nós temos apenas um papel de assessores aqui. Houveram dois conflitos nas NCIs, o primeiro deles foi que os governos perguntaram sobre o seu papel no manejo dos recursos críticos da internet, se tinha que ser um papel de supervisão, e depois apresentou, apareceu também o papel dos Estados Unidos, porque tinha esse memorando de entendimentos assinado com a ICANN, qual era o seu papel?

E ali também estavam ficou a supervisão da ICANN, vários governos pensaram que isso não poderia ser aceito, e contrariamente ao princípio de igualdade soberana que estava consagrado na carta orgânica às Nações Unidas, então com esse pontapé inicial no NSI, houve um processo de dois anos para chegar a um compromisso. E é muito importante lembrar esse compromisso assumido na Tunísia. Em primeiro lugar o resultado foi de que não existia necessidade de ter um líder na internet, precisávamos a todos, então tínhamos que envolver a todas as partes interessadas nas suas funções. Precisamos sim resolver questões práticas, poderíamos ter algumas coisas nas mãos privadas, de questão prática, mas a função especial tinha que estar nas mãos dos governos.

Então deveriam colaborar uns e outros para tal fim. E isso envolvia um reconhecimento da autoridade em questão de política, para as questões vinculadas às questões de políticas públicas da internet, e esse era um direito soberano dos estados, enquanto os acordos que existiam como aqui tinham ICANN, tinha que funcionar de forma mais efetiva com o setor privado nas operações diárias, e na inovação e

criação de valor no meio. Então esse foi um grande compromisso para administrar os recursos críticos da internet.

Depois se falou também no papel dos Estados Unidos, os estados membros das Nações Unidas, reconheceram que não se podia deixar por fora a história, porque a internet foi criada nos Estados Unidos, então criou-se um espaço para uma transformação maior. E isso criou uma linguagem que tem a ver com a cooperação ampliada, a intenção não era mudar o sistema de forma imediata, mas promover um sistema com maior cooperação para permitir em pé de igualdade os governos de desenvolver seus papéis e responsabilidades nas questões de políticas públicas a nível internacional vinculadas com a internet. Então já se referenciou a transição da custódia das funções da IANA, e isso mais ou menos nas suas origens só foi estabelecido na agenda da Tunísia, quando começou tudo. Depois, a transição das custódias das funções da IANA esse tema é um pouco a implementação da agenda da Tunísia.

A transição dessas funções da IANA, e o fim da custódia dos Estados Unidos, levaram ao pé de igualdade dentro dos governos da ICANN, nenhum governo depois dessa transição, nenhum governo agora tem um papel especial mais importante dentro do GAC. Todos tinham a época a mesma importância. E esse foi um ponto destacado. Se manteve esse compromisso e os Estados Unidos cumpriu com a sua palavra depois de ter assinado esse memorando de entendimento em 98. E a segunda coisa importante, é que surgiram os novos estatutos da ICANN, a conformação de uma comunidade empoderada, e a

ambos reforçaram a responsabilidade do board e a função dos governos dentro desse desenvolvimento de políticas multisetorial que aconteceu dentro da ICANN.

Isso significa que os governos fazem parte de uma comunidade mais ampla, com papel específico a desempenhar, mas são parte da comunidade junto com a sociedade civil, técnica e outros. Então todos tem um papel para desenvolver. E olhando para o futuro, quais são os desafios? Estamos agora perante o que muitos artigos denominam a nova complexidade da governança de internet.

O mundo mudou nos últimos 20 anos, há 20 anos na governança de internet, era uma questão (inint) [00:51:13] técnica, com algumas consequências políticas, hoje é uma questão políticas, com alguns elementos técnicos. Então dentro da ICANN o desafio agora tem a ver com esclarecer, e esse é um processo contínuo, quais são as funções das referentes partes interessadas, e como poderemos melhorar a colaboração entre as unidades constitutivas, entre as organizações de apoios, os comitês assessores, porque na ICANN hoje, muitas unidades constitutivas ainda funcionam em nichos separados. Então temos que tirá-las dessa situação, para ter uma coordenação melhor.

E uma maior ligação para permitir a participação de todas as unidades constitutivas. O GAC não pode esperar que se tome uma decisão, e chegue à sua mesa de trabalho. Tivemos que trabalhar de forma precoce a processos que levam a decisões complicadas. O segundo desafio dentro da ICANN tem a ver com a comunidade empoderada.

Ainda temos que submeter essa comunidade a uma prova de resistência. Então como podemos administrar as questões técnicas com essas políticas?

Agora estão as discussões sobre GDPR, os novos gTLDs, hoje vamos ter tempo para entrar nos detalhes dessas discussões e desses processos que estão pela frente dentro da ICANN. E finalmente a ICANN não opera de forma isolada. Faz parte de um mundo maior, o ministro já falou nas suas palavras iniciais, que aqui temos como um furacão, e esse furacão da digitalização, está mudando tudo. Isso afeta também o ecossistema de governança da internet. Vemos aqui efeitos a nível nacional e internacional pelas regulamentações que vão aparecendo. Então a ICANN tem o mandato técnico limitado, mas está também relacionado com outras questões fora dela como o cyber crime, as regulações sobre políticas públicas e os direitos humanos, muito obrigado.

BRAD WHITE:

Muito obrigado, agora eu passo a palavra para o embaixador Benedito da Fonseca, de relações exteriores do Brasil, que vai apresentar a sua perspectiva como ator governamental, trabalhando na ICANN e na comunidade da internet.

BENEDITO DA FONSECA:

Muito obrigado senhor presidente, distintos participantes, e agradeço ao governo da Espanha e a ICANN também por ter formado esse painel, e por ter me convidado a participar, e com base na experiência

de ter trabalhado nos últimos anos no contexto da ICANN, eu sou diplomata profissional, e em 20, 30 anos de carreira, essa tem sido uma experiência única. Primeiro eu quero destacar como a ICANN é tão singular.

Como eu disse o presidente CEO na cerimonia de abertura, a ICANN é única. Então esse modelo multisetorial que toma decisões em que os governos fazem parte, e realmente é um espaço muito único no sistema internacional, e talvez a organização de trabalho internacional, poderia parecer-se um pouco de acordo com a sua perspectiva. E isso significa desafios para a participação de governos, não devemos ignorar as dificuldades e os desafio de outros grupos multisetoriais, e eu me lembro também de ter trabalhado na equipe de organização da net mundial no Brasil, 2014, e me lembro das dificuldades para selecionar os representantes, e também os resultados de validação.

Conheço as dificuldades que não são particulares a um governo, são para todos os governos, e temos consolidada uma maneira muito direta de trabalhar representando aqui o Brasil no GAC e tomando decisões. É um grande desafio trabalhar aqui nesse contexto. Também é um desafio quanto ao conteúdo pela diversidade de tópicos, em discussão também muitos itens em cada tópico, e agenda do GAC também é uma mistura de tópicos, e talvez nos outros grupos constitutivos também aconteça isso, e realmente é muito trabalho, temos pouco tempo e neste contexto que considera extensamente o

conceito de consenso, nós dos governos não estamos muito acostumados a funcionar e a operar. Então por que, que isso funciona?

Eu acho que aqui é um propósito compartilhado entre os setores governamentais e não governamentais e isso vem da visão do wizes e pela qual a internet exige a participação pela de todos os setores de acordo com suas funções e responsabilidades.

E essa é a linha para um bom funcionamento. E tentamos também consonância com outras partes do ecossistema e governança da internet com as decisões que são tomadas, as iniciativas, também organizações de governança internacionais, iniciativas regionais, também o IGF e também claro, as legislações nacionais. E também, aí eu não sei se eu mencionei, algo que disse o presidente da dívida da ICANN na cerimônia de abertura é sobre a natureza da participação multissetorial, as novas tecnologias da fragmentação.

Temos uma série de desafios pela frente, que devemos abordar e para isso devemos trabalhar conjuntamente com outros governos, em outros fóruns, levando em conta as estratégias nacionais. Portanto, é um ecossistema enorme, e é isso que devemos levar em conta. A tarefa e o objetivo de trabalhar com governos é evitar consequências não intencionais sobre a legislação nacional. E é importante que os governos trabalhem com a ICANN para evitar isso. As decisões tomadas pela ICANN podem ter um impacto negativo em outros setores, em outras organizações que tem seus próprios mandatos para cumprir. E isso tem a ver com a responsabilidade dos representantes

dos governos que fazem parte dessas reuniões e que servem como conduto em ambas as direções, para garantir que a ICANN represente as posições dos governos. Tanto nos aspectos técnicos quanto nos políticos, e também a inversa que aquilo que aconteceu na ICANN seja em consonância com o que acontece em nível nacional. E aqui celebrando os 20 anos da ICANN é importante que olhemos para o futuro, de acordo com as nossas tarefas, e eu compartilho aqui a preocupação compartilhada pelo presidente da diretoria da ICANN sobre o risco da paralisia, ou que a ICANN, não esteja à altura dos desafios.

Os desafios e as novas circunstâncias por falta de consenso, por exemplo, parte da solução é garantir com que haja cada vez mais ganhos, sem ter que preocupar-nos por buscar todas as soluções para todas as questões, e também para encerrar projetos e como disse o presidente, quando disse que tudo isso é um trabalho em andamento. Tudo isso é muito rápido, há mudanças muito rápidas e tudo isso é muito dinâmico, e um verdadeiro desafio, estamos neste contexto, eu estou muito, muito entusiasmado, com a chamada e o anúncio que foi feito na abertura, neste sentido a ICANN vai lançar no próximo futuro uma consulta sobre a governança da ICANN e seu status.

É o tipo de mensagem que gostamos de ouvir, esse esforço para melhorar as novas instituições ou estruturas institucionais que estão sendo implementadas como a sociedade empoderada que deve continuar a crescer, a ser acessada, e avaliada, essas são experiências, experimentos em um contexto único, singular, nunca antes tivemos

isso no contexto governamental, é inteiramente novo, portanto, isso nos permite ter a oportunidade de continuar avaliando e examinando a evolução, e temos um propósito último que é a prestação de contas e a transparência que são os objetivos que compartilhamos, e que todos nós como governos, temos solicitado, e mencionado como resposta para esse desafio, e para garantir coletivamente que possamos alcançar um resultado que seja compartilhado por toda a comunidade. Muito obrigado.

MATHIEU WEILL:

Vamos passar a palavra agora, ao nosso seguinte especialista, agora temos uma longa lista de pessoas que querem fazer uma intervenção, eu quero lembrar a todos aqueles que vão fazer uso da palavra, que sejam breves para que todos tenham a possibilidade de falar. Em primeiro lugar temos um recado gravado, do Senhor Javi Xavier Kazar, ministro da tecnologia da informação eletrônica da Índia. Com sua mensagem, é uma mensagem remota, gravada ontem, e podemos passar as interações daqui.

JAVI XAVIER KAZAR:

Autoridade Senhor Francisco Polo, Goran Marby, diretor executivo da ICANN, delegados, senhoras e senhores, eu quero transmitir, os saudos do ministro (inint) [01:03:44], que está muito satisfeito com essa reunião que está se celebrando em Barcelona, queríamos participar ali, pessoalmente, mas devido às necessidades urgentes do nosso governo, não foi possível. De qualquer forma está a nossa

apresentação da Índia ali. É importante saber que os benefícios da mente humana, tem que estar disponíveis sem discriminação em favor de todos.

A governança digital, a governança da internet, sabemos que há muitos benefícios, e temos que destacar a transformação contínua que vimos no modelo multisetorial que a Índia apoiou também em 2016. Hoje, isso levou a uma arquitetura que envolve diferentes atores do setor acadêmico até os ativistas, participantes ativos da internet, e os governos de que todos se reunissem para compartilhar esse instrumento tão poderoso da governança de internet.

O modelo multisetorial que agora passou já a prova do tempo, deve se aplicar a todos aqueles que estão contextualizados, e aqueles não conectados. Agora a busca, é uma busca global. Todos devemos apoiar esse movimento poderoso, com o primeiro ministro e a sua iniciativa, nós implementamos programas de inovação, digital, como digital Índia e outros programas parecem estar todos baseados no conhecimento, desenhados para empoderar a população Índia. Com grandes resultados para aproveitar esse recurso digital. Índia é um programa que tem a ver com inclusão digital e não com o afastamento digital, e a diferença digital no desenvolvimento de infraestruturas, para vincular diferentes conglomerados, através da fibra ótica, também para poder prestar serviços, online e eletrônicos, os hospitais, educação, e o que é mais importante, é fazer com que 60 milhões de índios fiquem agora alfabetizados na área digital.

A Índia tem a sua própria história característica, uma população 1.3 bilhões de habitantes, dá espaço para 1.2 bilhões de telefones celulares. Há uma grande iniciativa de identidade digital. Há uma tecnologia de baixo custo que implementamos que beneficia o 1.2 bilhões de cidadãos na Índia. Falamos de 20 milhões de contas bancárias, vinculadas agora para os pobres através de um cartão e de um telefone celular. Para melhorar o bem estar dessa população de mais baixos recursos e poupando milhões de dólares que antes ficavam nas mãos dos intermediários.

A governança digital é uma boa governança, chegamos a um bom nível de cento de serviços, em 300 ou 250 mil desses centros em todas as áreas rurais da Índia. Com 1.2 bilhões de jovens, homens, mulheres, que agora estão recebendo serviços através das zonas rurais como produto dessas tecnologias rurais. Também temos um movimento que chamamos DPO, que estão operando também diferentes lugares. Nós temos um objetivo muito claro, a internet tem que ser interoperada. Através dos seus produtos. Em segundo lugar, o sistema de nomes de domínio, no qual ICANN tem um papel muito importante, tem que ser disponível também nos idiomas locais falados na Índia, em terceiro lugar a internet tem que ser um local seguro, protegido, os dados não podem ser submetidos a uso indevido. Todos temos que nos unir para garantir a segurança da internet.

Em breve vamos formalizar a nossa lei de proteção de dados, com uma recomendação especial de um palestrante, de um especialista, e hoje eu quero mencionar que a ICANN é um instrumento muito poderoso de

governança de internet, e também para transformação da vida das pessoas a nível mundial. Eu acho que a missão vai continuar aumentando, e nós queremos ser aliados. Um abraço para todos, obrigado.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigado o representante da delegação da Índia, e agora é a vez da Suíça, (inint) [01:09:16] diretor geral da LEFCOM.

SUÍÇA:

Muito obrigado Excelência, senhoras e senhores, esses (inint) [01:09:25] 20 anos, a ICANN teve uma função essencial para as nossas sociedades digitais e governos e economias, e tem uma função essencial para o funcionamento do DNS, e por outra parte, a ICANN ainda é o melhor campo de testes do modelo multisetorial e uma (inint) [01:09:44] para questões que vão bem além do mandato da ICANN. Neste modelo de cooperação todos os setores têm um papel único e essencial, e neste contexto é importante reconhecer a função particular e as responsabilidades dos governos.

Os governos estão aqui para oferecer à comunidade suas reflexões, suas posições, seus afetos de políticas do DNS, que estão sendo elaboradas, e os estatutos da ICANN tem um peso especial nessas recomendações especialmente quando, a partir das recomendações do GAC. E ao mesmo tempo essa função essencial dos governos sempre é bem compreendida para alguns membros da comunidade da ICANN. A recomendação do GAC e as contribuições do GAC para as

políticas, às vezes são consideradas quantitativamente como um comentário ou contribuição.

E isso tem levado a alguns conflitos na comunidade da ICANN, com algumas atitudes de adversários e formas de pensar, conflitos e interação. E todos os ingredientes que são contribuídos por todos os setores interessados são necessários, e os resultados consumam ser muito positivos quando isso é levado em conta, e quando todas as partes da comunidade são consideradas, por exemplo, políticas para proteger as sociedades como a Cruz Vermelha, quando há alguns anos foi aceito o acordo para a transição da IANA também e reformas na prestação de contas.

Também a participação multissetorial da ICANN deve ser mais inclusiva, mais diversas, com mais vozes incluídas, especialmente setores que tem menos recursos, que não são muito, muito levados em conta. E também devemos continuar avançando, inovando, oferecendo procedimentos inclusivos, pelos quais os conflitos são resolvidos de forma responsável, e transparente. E neste contexto seria muito bom que a ICANN pudesse apresentar soluções mais inclusivas e positivas. Especialmente naquelas questões sem resolver sobre os identificadores (inint) [01:12:32] e fornecendo proteções adequadas.

Os governos, também devem entender, que devem continuar a dedicar mais recursos, e para continuar participando da ICANN e do GAC e também precisamos melhorar os nossos métodos de

cooperação intergovernamental, com esforços com a próxima expansão do espaço de domínios de topo, ou quando houver discussões em andamento. A ICANN deveria continuar com seus esforços para ir baixar esse limiar de ingresso e para que mais vozes sejam ouvidas. E nesse contexto também deveria considerar a importância de facilitar meios, e formas para fomentar a função do secretariado independente para o GAC. E isso como organização multissetorial como um todo. E nessas épocas em que há modelos de cooperação multilaterais, multissetoriais, baseados no consenso e na cooperação, é ainda mais importante demonstrar que a ICANN e seu modelo multissetorial funciona. E que deve produzir soluções equilibradas para toda a comunidade mundial. Então vamos continuar a trabalhar juntos, com esse modelo multissetorial para que haja cada vez mais cooperação entre os diferentes setores.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigado, eu quero agora dar uma, fazer um comentário. Como começamos um pouquinho demorado, nós temos pouco tempo. Eu quero pedir que por favor, lembrem de ser breves. Eu vou passar a palavra a Portugal, a senhora Ana (inint) [01:14:47] das Neves, que é diretora do departamento da sociedade de informação, do ministério da ciência, tecnologia e educação superior.

PORTUGAL:

Eu gostaria de congratular o Reino da Espanha por ser anfitriã dessa quarta reunião ministerial da ICANN, que ao realizar-se nesse espaço

Ibérico, permite destacar a diversidade linguística, regional e cultural da comunidade de internet. Essa diversidade deve ser sim respeitada na internet, e este recurso global que pertence a todos nós, assim como a atmosfera, os oceanos, o espaço e com um potencial enorme para prover o desenvolvimento sustentável. Desde a sua criação, e em particular desde a privatização das funções da IANA, a ICANN tem vindo a melhorar os mecanismos de prestação de contas, accountability, o que tem permitido uma melhora da transparência dos processos e Portugal regozija-se com esse fato. Congratulamos ainda com o fato de a ICANN assegurar a não fragmentação da internet a nível global, assim como assegurar essa (inint) [01:15:56] resiliência e segurança do sistema de nomes de domínio.

Ainda em Portugal é reconhecido que o desenvolvimento da economia e da sociedade digitais, assim como a discussão das políticas públicas devem assentar num (inint) [01:16:12] multi stakeholder, onde decisões devem ser tomadas de forma aberta tendo em conta outros interesses e diversos saberes, e sempre com abstenção de conta, accountability. Desfaça a complexidade que se tem a internet, são atualmente reconhecidos os méritos e limitações de governança multi stakeholder da internet, os méritos residem na riqueza das contribuições, para as (inint) [01:16:34] enquanto suas limitações estão na falta de legitimidade, no conflito de interesses que existem, lobbys, e manipulação dos diferentes stake holders envolvidos. Neste sentido é essencial que a ICANN cumpra o seu papel de tratar todos os stake holders em pé de igualdade. E permitir que os mesmos

desempenhem as suas funções e responsabilidades, aí assuntos de políticas públicas da internet.

Os governos (inint) [01:17:05] são centrais porque devem capacitar quer os seus cidadãos, de forma a contribuir para uma sociedade civil mais robusta e existente, quer a suas comunidades técnica e académica, quer os seus setores público e privado, e as suas comunidades técnica e académica. Para assegurar o desenvolvimento económico e social harmonioso e sustentável. Mas chega a ser paradoxal, afinal, o modelo de se fazer o que tem tudo, para gerar soluções benéficas no interesse de todos, pode-se correr o risco de colocar o interesse público, ao mesmo nível dos interesses localizados em corporações privadas que por força do seu peso, sobretudo financeiro, acabam por reduzir o interesse público a uma dimensão apenas de lucro. A ICANN (inint) [01:17:49] junto à comunidade de internet global, nós temos governos que por último temos que prestar contas junto dos seus cidadãos, essa é a relação que Portugal gostaria de deixar aqui hoje. Muito obrigada.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigada pela brevidade, e a clareza da mensagem, e agora é a vez da Comissão da União Africana, o comissionado da União Africana, ou doutor (inint) [01:18:26].

UNIÃO AFRICANA:

Muito obrigado, vou falar em inglês, gostaria de começar agradecendo à sua Excelência, o ministro da Espanha pela hospitalidade, de seu

país e também parabenizar o CEO da ICANN, senhor Goran Marby, e também, a senhora Manal Ismail, pela liderança que têm demonstrado no trabalho na ICANN e no GAC. Como sabem, a África está dando passos muito importantes para a digitalização do continente, e isso é maravilhoso. Para a África, para o mundo inteiro. Não só a taxa de penetração do sistema móvel que é muito importante, e é muito alta, de 90% mas também de uma transformação permanente, das nossas economias para transformá-los em economias digitalizadas, e isso também implica desafios, e a União Africana tem uma organização política que abrange todo um continente africano, e temos sido muito ativos ajudando os nossos países para digitalizar a sua economia, e seu espaço, temos tido problemas de conectividade que estão sendo resolvidos, tanto por operadores públicos quanto privados, também pelo setor privado da África, e não africano, também a alfabetização digital com os diferentes programas, e também em todos os aspectos da sociedade, também entre as mulheres, e isso também conjuntamente com ITU e também com uma internet de baixo custo, através da mudança no tráfego, entre as diferentes 33 nações do continente africano.

A cyber segurança, também a proteção de dados que teve a sua própria convenção que estamos desenvolvendo nos últimos anos, e também a capacitação, e também o combate ao cyber delito, como temos presenciado no último evento que tivemos com mais de 20 delegações, 120 delegações presentes, para o combate do cyber delito. Mas o que é mais nesse importante, nesse fórum tão

importante, é que nós temos essa importante iniciativa, elaborá-la com a União Europeia para uma harmonização de normativas, e uma iniciativa de regulamentação e normas, no setor da África Digital que nós chamamos de Frida. Também temos assumido a função de secretariado para o fórum de governança da internet na África, o IGF, começamos em 2014, com reuniões regularmente que nós organizamos esse ano também em (inint) [01:21:58] na primeira semana de novembro.

E também temos conseguido fortalecer os setores de governo, a sua participação também do setor privado com, apoiando organizações, por exemplo, a faculdade africana de governança da internet, para os nomes africanos utilizando o modelo multisetorial para elaborar uma declaração sobre governança de internet, e elaborar também uma economia digital para a África, e assim é também nessa reunião que reconhecemos a importância do trabalho da IANA, e também a importância de ter aumentada a prestação de contas e a transparência. Isso é muito importante, também isso se encontra na agenda, os ICTs, os TICs, nos governos, eu sei que devo concluir por aqui, e eu espero ter mais oportunidade nas próximas discussões para tratar mais essas ideias e continuar a trabalhar juntos. Muito obrigada.

MATHIEU WEILL:

Agradeço por levar em conta a nossa limitação de tempo. Agora eu quero pedir a um dos nossos especialistas que assuma a palavra. Falar de Willian (inint) [01:23:36] que ensina na universidade de Zurique, e

agora eu sei que é Suíço. Que é na Suíça. E eu quero também que compartilhe conosco a variedade que existe dentro do modelo multisetorial. Eu vou solicitar que se concentre nesse ponto. Por favor, Bill.

BILL CRAIG:

Obrigado senhor presidente, eu sou residente Suíço, sim. Eu quero começar já que temos pouco tempo, dizer que eu vou falar de três assuntos em especial. Em primeiro lugar vale a pena destacar o que nós na ICANN conhecemos como o modelo multisetorial, mas temos que levar em conta que há uma variedade de modelos multisetorial. Se os senhores participam em outro fórum de políticas públicas, devem saber que há uma grande variedade, então eu quero mencionar três que são relevantes para a governança da internet. Um é que é cada vez mais comum no espaço das organizações intergovernamentais que são as zonas raiz.

Eu acho que é aonde também vão falar especificamente deste exemplo, essa é uma das partes interessadas onde pode se dar uma contribuição de participar com algumas restrições. Também há uma decisão final que é governamental. Depois também há uma participação de partes igualitárias na formulação da agenda, deliberação de políticas, mas devido à grande quantidade de participantes ali, devemos trabalhar em grupos menores, e isso está autorizado também, e se tomam decisões sobre algumas questões. E o terceiro modelo, é aquele que eu denomino com o nome especial, que

é multi, as partes interessadas em profundidade, ao sistema multisetorial profundo, que existe um trabalho entre pares sobre as tomadas de decisões, o diálogo. Com respeito a estes modelos e as suas configurações são diferentes, não é que podemos dizer que um pé melhor do que o outro, todos funcionam em diferentes circunstâncias, então temos que considerar a participação multilateral, ou multisetorial, como uma caixa de ferramentas a qual podemos recorrer conforme as circunstâncias.

Claro que sempre procuramos o consenso pleno, mas não é o requisito ou um consenso maioritário, pode ser uma opção talvez, às vezes podemos utilizar o sistema de votação, da diversidade de interesses, a cooperação multisetorial nos garante que todas as partes tenham o que eles preferem como a melhor opção. Então eu acho que é interessante levar em conta, é importante levar em conta, de que há pontos relacionados num pé de igualdade, não significa que todas as partes tenham o mesmo papel.

O que é importante é que cada parte tenha o acesso igualitário à tomada de decisões. Por isso na declaração da net mundial dizemos que os diferentes papéis e responsabilidades deveriam ser considerados de forma flexível segundo os temas da discussão. E finalmente, para concluir quero dizer que devido à complexidade dos desafios da governança da internet, devemos receber pensamentos novos sobre a cooperação na base multisetorial. O papel da tomada de decisões multisetorial, a nível nacional, e a nível privado que vemos

que está crescendo, e também temos um maior uso da internet como arma, e uma fragmentação da internet, há muitos desafios.

Disso podemos tratar aqui no 30º aniversário da ICANN mas também, no 5º aniversário da reunião da net mundial, no âmbito das nações unidas, espero poder ter oportunidade para falar de outros modelos multisetoriais, e de outros tipos de acordo que poderiam ser uteis para promover os temas de governança da internet. A ICANN pode iniciar e liderar todas essas discussões, fora os seus mandatos, o que pode fazer também é participar dessas reuniões. Então avancemos juntos.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Muito obrigado Bill pelo convite para continuar, e agora é o representante da Bélgica, a diretora geral de regulação econômica.

BÉLGICA: Muito obrigada senhor e senhoras, e ministro, presidente da ICANN e do GAC, prezados colegas, quero agradecer às autoridades, o governo espanhol pela organização, dessa reunião ministerial na cidade de Barcelona, e esse é o evento da internet mundial, e todas as promessas tem sido cumpridas, nós assistimos antes a assistência da internet, e agora temos recursos infinitos de conhecimento. E esse é um fato. Nós como representantes dos governos, deveríamos garantir que este avanço social esteja à disposição de todos.

A Bélgica apoia vários projetos para que a população local, tenha acesso à internet e a internet também inclui cyber delinquência, a pornografia, e os estados devem criar legislações para resolver esses problemas. Estabelecendo associações com as autoridades nacionais.

Há diferentes tratados que foram assinados por diferentes estados, e a ICANN faz parte do ecossistema, e tem a responsabilidade de garantir que a internet seja segura e estável. Temos criado um modelo singular que é um modelo multisetorial que reúne todos os atores e envolvidos na governança da internet.

E devemos administrando bem, e existe cooperação entra a ICANN e os diferentes governos representados no GAC. Os estados representam toda a população mundial, e a assessoria, as recomendações devem ser respeitadas pelo board. Há vários princípio de governança e prestação de contas que devem ser obedecidos, e também nós pedimos que se preste atenção aqueles que não são membros do GAC, convidamos a que faça parte do GAC, o GAC deve agir de acordo a uma estrutura regulatória existente, nos Estados Unidos ou talvez nos países em que a ICANN trabalha, que devem estar em conformidade com a legislação existente, ou talvez adaptar às maneiras de trabalhar ou funcionar. Há coisas novas que estão sendo desenvolvidas, há muita colaboração, para que o sistema funcione, então devemos lembrar-nos da função que cada um de nós temos, de nós protegermos a privacidade dos dados, evitar os problemas que eu mencionei. Para os estados é importante que sejam legalizadas coisas que tem a ver com a internet, com os nomes de domínio. E que haja representação no GAC. Estamos satisfeitos com o funcionamento do modelo multisetorial, mas gostaríamos que a ICANN acelere as reformas, e que reforce a cooperação constados no GAC. Muito obrigado.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigado Bélgica, eu quero lembrar que temos apenas 10 minutos, e acho que ainda temos sete ou outros palestrantes esperando. Levem isso em conta, sejam breves nas mensagens, para que todos tenham a possibilidade de falar. E isso é essencial, acredito para essa sessão. Passo a palavra para o representante do Brasil. Thiago Jardim Oliveira, que representa o ministério das relações exteriores. Eu quero destacar o fato de que temos pouco tempo e devemos ser breves. Obrigado.

BRASIL:

Senhoras e senhores, quero começar agradecendo o governo da Espanha por ser anfitrião dessa reunião, o governo do Brasil, tem sido um forte partidário da vontade multisetorial para governança de internet e defendemos a participação de todas as partes interessadas, tanto pelos países desenvolvidos como em desenvolvimento. Também defendemos a participação nesse sentido das diferentes funções. O Brasil tem um foco dentro da parte da igualdade. Cada governo deveria participar da governança de internet num pé de igualdade com outros governos. E todas as outras partes interessadas com seus papéis e funções, e responsabilidades diferentes, daquilo que foi citado (inint) [01:33:40] deveriam poder participar num pé de igualdade. Se querem se desenvolver as mesmas funções e responsabilidades, esses são os pontos fundamentais de uma função multilateral e internacional.

Esses são os princípios internacionais, junto com a sociedade internacional e a net mundial. Ainda a internet, avançou esses princípios, mas ainda temos um longo caminho pela frente. É inaceitável para nós que a ICANN continue sendo sujeita às leis e tribunais e ao cumprimento das leis e a jurisdição territorial de um único país. No qual a ICANN se constituiu juridicamente.

Também é inaceitável que a ICANN se sinta obrigado a aceitar suas políticas, e adapta-las às leis de um pequeno grupo de estados ou não de outros, é inaceitável dentro da ICANN que os papéis da responsabilidade dos governos, de fato autoridade pela política pública dos governos, ainda continua sendo (inint) [01:34:49] a deixar de lado todos esses aspectos. Suas Excelências, nós achamos que a ICANN deve evoluir, para ser a responsável pela atitude dos países, de todos os povos, não pode evitar estar submetido desta forma desigual a leis internas do estado. Por outra parte, a comunidade internacional está obrigada, ou esteja obrigada a cumprir alguns mecanismos de prestação de contas. Também há a influência jurisdicional sobre a ICANN em forma individual deve ser reduzida, para os fins de uma equidade internacional. A ICANN deve assegurar-se de que a autoridade de política pública (inint) [01:35:31] possa ser desenvolvida de forma adequada dentro da ICANN.

Por exemplo, estabelecendo uma secretaria independente permanente para o GAC. É necessário levar em conta as necessidades dos governos, e características dos governos e também aceitação inequívoca, do papel de assessor que cumpre o GAC que na verdade

não é assessoria quando se trata de desenvolver e identificar questões de políticas públicas. O governo tem o direito de (inint) [01:35:59] e de identificar esses pontos para internet. Claro que nós estamos comprometidos a contribuir a evolução da ICANN, obrigado.

MATHIEU WEILL:

Agora eu vou passar a palavra ao Canadá.

CANADÁ:

Bom dia, muito obrigada pela oportunidade para falar a vocês em nome de um ministro, um honorável senhor (inint) [01:36:33] do Canadá agradece a Espanha pela hospitalidade e liderança, e por ser anfitriã dessa reunião. O Canadá tem o prazer de ter servido como anfitrião das reuniões da ICANN e apoiamos o engajamento dos governos na ICANN. Essas reuniões são cruciais para criar uma compreensão compartilhada do que a ICANN e as diferentes políticas em jogo. Todos entendemos que podemos garantir o trabalho conjunto para manter a internet aberta, segura, interoperável. Queremos parabenizar o cuidado da ICANN pelos 20 anos de estabelecimento, e também o GAC pela herança e fortaleza do trabalho através de suas recomendações. Estamos orgulhosos que o Canadá faça parte desse grupo desde o começo, e o Canadá acredita nos princípios de diversidade e inclusão, e da decisão inclusiva que fazem parte da abordagem multissetorial e que nos permite avançar em prol do bem estar e o interesse individual.

A residência da abordagem multisetorial ficou demonstrada não através de transição, não só através da transição da IANA, mas através de esforços contínuos para melhorar a prestação de contas, depois da transição. Sabemos que temos problemas complexos, e devemos oferecer recomendações para aumentar a prestação de contas da ICANN quanto a direitos humanos, diversidade e jurisdição.

O GAC deve continuar a trabalhar juntos para continuar abordando os desafios que temos pela frente. Também devemos continuar trabalhando com a comunidade da ICANN para garantir o cumprimento de GDPR e o acesso legal a dados não públicos, e adotar e implementar recomendações de pessoas de contas (inint) [01:38:46] e também para fazer com que a elaboração de políticas avance para procedimentos posteriores sobre o programa de novos gTLDs. Temos uma nova onda de usuários da internet online e é crucial melhorar a abordagem multisetorial e enquanto a representação geográfica e uma participação genuína dos diferentes setores no mundo, incluindo governos de ecossistema da ICANN.

Ter internet é essencial para fazer avançar a qualidade de vida, e a prosperidade coletiva, estamos tendo impacto no futuro da internet global, e nas nossas sociedades através de decisões de ações normativas adotadas pela ICANN. Devemos trabalhar juntos para alcançar esses desfechos concretos nos próximos anos, muito obrigada.

da IANA

PT

MATHIEU WEILL: Agora vou pedir a China que assuma a (inint) [01:39:41] diretor geral da administração de informação das comunicações dentro do ministério da indústria, e tecnologia da informação.

CHINA: Distintos delegados, excelências, senhoras e senhores, bom dia. Eu sou Liu (inint) [01:40:06] do ministério da tecnologia de informação e de indústria. Sei que temos pouco tempo, então serei breve. Em primeiro lugar estou muito satisfeito de estar aqui na bela cidade de Barcelona, obrigado o governo da Espanha, pelos esforços, por organizar essa reunião, em segundo lugar, passaram dois anos da realização da transição das custódias das funções da IANA, e tudo fluiu sem grandes inconvenientes, e esse ano marca o 20º aniversário da ICANN e valorizamos todos os esforços feitos nesse sentido.

A China apoia o modelo multisetorial, achamos que os governos desempenham um papel muito importante na participação da internet, e no modelo de múltiplo setorial. Nos permite atacar a fralde, o problema com a segurança e também a criminalidade. Também quero mencionar que quando se trata de códigos de países, tem muito mais sensibilidades os temas, especialmente no segundo nível. E esperamos poder trabalhar com o GAC, com outros países e territórios interessados nesse tema. E queremos recomendar que a ICANN tome medidas efetivas para proteger os países e territórios quando se trata do uso do segundo nível desses códigos de países.

A China sempre deu muita importância a assegurar de que suas próprias políticas internas de internet, fiquem alinhadas com as políticas internacionais e portanto, continuamos de perto essas recomendações de outros países. Esperamos poder contribuir ao desenvolvimento de internet global, muito obrigado.

MATHIEU WEILL: Muito obrigado. Agora Dinamarca com Jim Patterson que é diretor das relações das TICs.

DINAMARCA: Bom dia para todos, especialmente obrigado ao ministério da Espanha por ser o anfitrião dessa reunião governamental de alto nível, nessa bela cidade de Barcelona, estamos falando do papel dos governos dentro da ICANN, e eu acho que foi bem escolhido o tema, a transição da IANA foi implementada, e a comunidade da ICANN nessa reunião, pode aprovar a regulamentação para melhorar ainda mais a prestação de contas da ICANN.

A Dinamarca está satisfeita com a recomendação e conta com nosso total apoio. Estamos no processo que levou à transição da IANA e durante esse processo destacamos que a ICANN deveria continuar dentro do setor privado, reconhecendo que o governo e as autoridades, públicas, são responsáveis pelas políticas públicas, e que o Board da ICANN teria que levar em conta, o assessoramento dos governos, sobre as políticas públicas. Criando nova comunidade

empoderada, os governos agora participam em pé de igualdade com o resto da comunidade.

E podem participar em algumas decisões, e podem também fazer valer algumas decisões chave da ICANN, se bem os governos podem realizar as suas contribuições, a este tema a Dinamarca acha que os governos apenas deveriam participar quando os temas analisados tem claras consequências de políticas públicas, os governos não deveriam ser parte das decisões, que tem uma natureza mais operacional.

O papel dos governos como assessores da ICANN e devo destacar nesse fórum, é necessário que exista neste fórum uma necessidade significativa do Board, para dar resposta ao assessoramento que fornece o GAC, quando o assessoramento é dado através do consenso. Se o board não pode cumprir esse assessoramento do GAC por consenso, ou posteriormente decide se desviar desse assessoramento prévio, é importante encontrar soluções que sejam mutuamente aceitáveis. Pelo menos que sejam claras, compreensíveis, para todas as decisões que toma a ICANN, obrigado.

MATHIEU WEILL:

Estamos um pouco passados no tempo que tínhamos, mas quero mostrar a certeza de poder escutar a todos. Agora quero passar a palavra à comissão Europeia, na pessoa do senhor Pierce (inint) [01:45:57] o diretor de direct conect.

COMISSAO EUROPEIA:

Distintos secretários de estado, senhoras e senhores, muito obrigado por essa importante discussão, é importante que analisemos o papel dos governos dentro da ICANN, mas é importante também como usar isso para aumentar a participação dos governos num processo multi stakeholder mais amplo.

E a ICANN é muito bom exemplo desse processo, e a transição da custódia das funções da IANA é um bom exemplo de que isso pode ser feito de maneira eficaz. E vendo, enxergando para os próximos desafios, o presidente do board explicou hoje as cinco tendências principais, e a primeira era segurança. Esse desafio tem a ver com uma maior legislação e regulação por parte dos governos para prevenir as ameaças de segurança e seu uso para fins criminosos. E também para proteger os dados dos usuários. Isso é compreensível e inevitável, mas devemos abordar quais as consequências dessas questões em nível mundial e seu efeito sobre o DNS. Devemos garantir que a abertura e acessibilidade da internet não se veja colocada em perigo. Para isso devemos nos assegurar de que os governos participem e entendam as opiniões e conhecimentos especializados de outras comunidades.

Em particular, em tudo quanto tem a ver com as regulações que estão sendo introduzidas em nível nacional e regional. Teremos depois oportunidade de falar sobre a situação do WHOIS, mas as consequências do GDPR são tais que vemos com agrado o papel assumido pela ICANN e seu board, para estarem em conhecimento dessas regulações. Mas também a política pública não é uma responsabilidade exclusiva dos governos, embora eles tenham a

faculdade soberana de formular regulações, todas as comunidades tem o interesse direto na formulação de política pública, portanto os governos devem interagir com as comunidades que tem uma função e conhecimento especializado na internet global, e esse é o papel que tem que desempenhar o GAC para o futuro. Obrigado.

MATHIEU WEILL:

Obrigado, agora eu tenho a oportunidade de passar a palavra Thereza (inint) [01:48:33] que é vice-presidente da ICANN e está a cargo da estratégia, e iniciativas estratégicas. Eu quero dar alguns minutos para que nos conte como considera a ICANN o papel dos governos dentro do âmbito dos temas legislativos.

THEREZA:

Bom dia a todos, realmente foi muito inspirador todas as apresentações, nós realmente chegamos muito longe nesses 20 anos, pelo menos do ponto de vista da ICANN devemos essa realidade. É uma questão de que claro, os governos cumprem uma função essencial, como parte do processo multisetorial, e vimos como evoluiu isso com o passar dos anos. Também para vermos como evoluções a níveis globais, regionais e locais, diferentes legislações. E a harmonização também de políticas como se mencionou antes, então onde encaixa a ICANN dentro de todos esses diálogos.

O nosso papel não é mudar, influenciar qualquer regulamentação ou legislação. Nós devemos nos concentrar em dois aspectos. Um deles é a oportunidade de explicar qual é o papel da ICANN no processo de

desenvolvimento de políticas para dar os nossos conhecimentos técnicos enquanto desenvolvemos as políticas a esses legisladores de governos, para que sejam escaláveis no futuro. Em segundo lugar, nós também queremos trabalhar em qualquer área que possa ter um impacto sobre a ICANN na sua área de incumbência, assim que possível, para facilitar o que tem a ver com a nossa missão.

Cada vez é mais importante poder cumprir essa função, e tentar de ver quais são essas leis, regulações que vão impactar sobre nós. Os senhores sabem que se fizeram muitas referências no que tem a ver com a privacidade dos dados, a proteção desses dados, e o impacto que pode ter na operabilidade técnica da internet, então precisamos trabalhar de forma em cooperação com debates participativos e colaborando em tudo que já está estabelecido, melhorando comunicação, e a relação com o GAC, e como pode ser (inint) [01:51:10] esses próximos líderes, e caso seja possível, trabalhar também com as entidades regulamentadoras, e também entidades intergovernamentais. Essa reunião de alto nível é uma oportunidade então para melhorar o conhecimento técnico e a consciência que existe sobre a possibilidade que tem os governos de interagir. Nós também queremos que continuem participando os governos, e aceitamos e valorizamos o trabalho dos governos, e incentivamos que continuem assim. Muito obrigado.

MATHIEU WEILL: Eu quero passar a palavra para quem é o diretor da vice-presidente da OCDE.

OCDE: Falo aqui em nome de várias organizações incluídas nas Nações Unidas, a UPU, Banco Mundial, a OMP, e o Banco Mundial, nós estivemos trabalhando durante anos para proteger os identificadores dessas organizações no sistema de nomes de domínio, as OIG desenvolvem um papel muito importante e são fundadas pelos governos sobre o direito internacional, para que participem de uma variedade de atividades com ajuda humanitária, por exemplo, refugiados, facilitar a comunicação no comércio e facilitar tarefas de pesquisa econômica e científica muito importante.

Infelizmente há atores ruins que utilizam as OIGs e seu nome para realizar fraudes, fazer natividades enganosas, enganando assim os usuários da internet, isso prejudica o público e a reputação das OIGs, e as OIGs junto com o GAC durante anos solicitaram, que a ICANN protegesse os nomes e siglas dessas organizações, junto com o seu status sobre o direito internacional. Foram procuradas certas respostas, mecanismos de resposta para evitar isso, mas os esforços com a ICANN não tiveram um resultado. Isso é importante porque a OIG não cumprem com um mecanismo que possa ser utilizado para todos como desenhado pela ICANN para os proprietários das marcas comerciais por exemplo.

Os nossos identificadores estão protegidos por tratados internacionais e não pelas leis de marcas registradas conforme as regras atuais da ICANN, não temos acesso aos mecanismos adequados que poderiam abordar as questões de uso indevido dos nossos nomes. E também sabemos que há endereços Web que contém identificadores, e não há risco de confusão, mas os URPs atuais, há disposições incompatíveis com o nosso status, o jurídico, nas OIG. A GNSO continua estabelecendo mecanismos, como os mecanismos corretivos de proteção de direitos que estão disponíveis para as OIG, mas vemos que não está resolvida a nossa necessidade. Precisamos de um mecanismo permanente para proteger as siglas e nomes das OIGs, no DNS.

Então pedimos ao conselho da GNSO que tome uma decisão sobre o processo, que tenha, que leve em consideração esses mecanismos corretivos de proteção de direitos, que fazem, que sejam menos acessíveis às OIGs. Instamos os governos a apoiar as iniciativas dos OIG que trabalhem conosco para resolver esse tema de tão longa data, como demos o assessoramento desde o GAC durante tanto tempo, muito obrigado.

MATHIEU WEILL:

Passo a pala a Ali Mohad, utilitário do ministério de comunicações e multimídia da Malásia.

MALÁSIA:

Como temos pouco tempo, eu vou apenas compartilhar as iniciativas tomadas pelo governo da Malásia que tem a ver com as políticas

públicas. Os assuntos relacionados com os endereços eletrônicos em especial o sistema de nomes de domínio se rege pela lei das comunicações e multimídia de 1998, publicado no boletim oficial há mais de 20 anos.

A iniciativa do corredor multimídia, criou um dano catalítico para que a Malásia aproveitasse no máximo o potencial de internet. A partir daí a Malásia continuou crescendo no reino da convergência das comunicações com a multimídia. A lei de comunicação e multimídia de 1998, foi redigido prevendo uma tecnologia neutral e promove autorregulamentação. O elemento da tecnologia neutral é essencial para garantir a compatibilidade com outras normas e critérios universais, relacionados com o DNS, o governo da Malásia incentiva os nossos esforços para garantir o uso positivo da internet na Malásia em paralelo com a missão da ICANN de garantir uma internet estável e seguro. Muito obrigado.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigado, finalmente temos o senhor Vicent Mussimnal, da entidade regulatória da Romênia.

ROMÊNIA:

Excelências, estou aqui em prol de uma causa comum, a governança de internet. E eu queria parabenizar a ICANN e o GAC por organizar essa reunião para falar sobre as políticas públicas em nível internacional. Também quero agradecer as boas vindas do governo espanhol e a hospitalidade que eu recebi desde que cheguei na cidade.

A governança de internet tem uma infraestrutura globalmente compartilhada que é crítica para o funcionamento adequado das nossas sociedades, portanto temos que ver todas essas questões da perspectiva do interesse público. No que diz respeito à largura de banda, as políticas de transformação econômica e sociais consideram a internet como um catalisador para a transformação, as tecnologias de 4G já estiveram desenvolvidas com grande abrangência em nível geográfico e representam uma abrangência operacional de junho de 2017 de 6,6%. Portanto experimentamos um crescimento entre 2017 e 2017. Também vemos crescimento em outras áreas no mesmo período.

Ruanda sabe que a ICANN estabeleceu esse modelo multisetorial e o apoia. Apoia seus esforços para melhorar a responsabilidade e pede a ICANN que extenda o prazo para a solicitação que faz aos governos, para que as diferentes partes interessadas, dentre elas os governos, possam dar a sua posição. Também é importante que se são tomadas leis e políticas adicionais, nós precisamos de mais tempo para considerar as questões de interesse público.

Quando está se solicitando que se alinhem nos interesses da ICANN com aqueles em prol do interesse público introduzindo um sistema de partnership, que permita refletir a diversidade da integridade e que permitam que todos tenham voto em particular. Temos o direito de sermos consultados pela ICANN com relação ao uso dos códigos de dois caracteres no segundo nível. No que diz respeito à proteção de dados e à privacidade. Existem argumentos que são vinculados com o acordo geral sobre o comércio de serviços, e acreditamos que as

organizações internacionais tem que aderir às convenções que estabelecer os direitos à proteção e a privacidade dos dados. Por último, em último lugar é importante alargar o papel dos governos, com mecanismos de governança de internet, principalmente dentro da ICANN para que eles possam exercer a sua compatibilidade compartilhada num uso desse recurso público que é a internet, muito obrigado.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigado, muito obrigado a todos os especialistas nessa mesa, obrigado a todos, todos os aqui presentes, todos os que falaram senhor ministro, se me permitir, eu quero fazer um resumo de todas as mensagens que podem ser incorporadas.

O que poderemos dizer é que a transição que se deu faz um tempo colocou os governos no mesmo nível. E foi um momento muito importante. Também se reconheceu que os governos são partes interessadas, bem como outras partes interessadas, estão todos no mesmo nível e nós podemos entender como disseram já que continua havendo desafios para garantir que existe igualdade dentro do GAC e também dentro de toda a comunidade da ICANN.

O papel dos governos também é um tema constante. Com suas responsabilidades específicas pelo que é o interesse público, as políticas públicas, e também o papel desses governos deve ser melhor reconhecido dentro da ICANN como já se disse. Esse é um tema que já estamos discutindo faz anos, também, sabemos que em todo o mundo

é necessário que haja recursos para poder iniciar o diálogo com a comunidade.

Todos entendem que precisamos gerar uma sociedade entre os governos e a ICANN, cada um com seus respectivos papéis. E precisamos definir os objetivos. Se é garantir que a internet continue sendo segura e estável, que seja aberta a todo mundo, a toda a inovação, e também respeitar a diversidade das diferentes culturas, povos, como diferentes categorias de partes interessadas. Esses objetivos são bastante simples, mas também bastante ambiciosos, podemos então nos parabenizar por esse diálogo senhor ministro, e passo a palavra para encerrar a sessão.

FRANCISCO POLO:

Obrigado Mathieu, foi uma sessão muito interessante, realmente foi muito inspirador escutá-los a todos, e eu acho que vamos escutar um anúncio da ICANN, Manal por favor.

MANAL ISMAIL:

Obrigado senhor presidente, obrigado também ao moderador, aos oradores e aos especialistas, e também obrigado a todas as delegações por suas intervenções. Infelizmente como nos atrasamos nessa sessão, vamos passar diretamente à seguinte sessão com a permissão dos senhores, então eu vou apresentar aqui o presidente da seguinte Sessão, que é Francisco Polo, secretário do estado para ao avanço digital no ministério da fazenda e empresas da Espanha, a sessão vai falar dos desafios temáticos no ecossistema da governança

de internet, cyber crime, proteção de dados e a privacidade. Agradeço a todos a sua compreensão, mas é apenas para garantir que consigamos ter o horário do almoço.